

## CAPÍTULO 10

### **SAÚDE PÚBLICA e PREVENÇÃO da AIDS**

Conforme já comentei no capítulo 8, a Saúde Pública precisa ser reformulada também. O governo deveria implantar uma estruturação semicapitalista para disciplinar os atendimentos e colocar os recursos da medicina ao alcance de todos. Neste projeto, os preços públicos seriam muito menores que os da rede particular. Na prática, não teriam a parcela do lucro nem a parcela das instalações e equipamentos. O custo operacional também seria minimizado em função da mão-de-obra proveniente do novo Instituto de Seguridade Social. Além do preço baixo, os usuários teriam a opção de pagar com horas de trabalho público e comunitário, via Instituto de Seguridade.

Até fins dos anos 90, época em que este livro foi originariamente elaborado, uma consulta que não durava sequer 10 minutos dependia de horas e horas em filas absurdas, em ambientes desconfortáveis e na maioria das vezes tinha-se que pegar número (senha) de madrugada para ser atendido no dia seguinte ou em outra semana. Uma simples consulta envolvia o desperdício de horas ou dias bastante desagradáveis e totalmente inutilizados. Portanto, a possibilidade de pagamento com horas de trabalho público não é para aumentar o sofrimento dos cidadãos mais pobres, mas é para diminuir este sofrimento e lhes revestir de total respeito. O número de horas de trabalho público necessário para cobrir um atendimento, não chegaria nem aos pés do número de horas que se gasta, em fila de espera, para fazer uma simples consulta e ainda ser atendido com desprezo e desrespeito.

A maioria das pessoas, que perdem inúmeras horas tentando fazer uma simples consulta, iria preferir gastar algumas destas horas produzindo para o setor público do país. Com este novo sistema a Saúde Pública melhoraria bastante. As pessoas seriam tratadas com mais respeito e rapidez em todos os setores da Saúde. Isso aconteceria porque os recursos financeiros viriam diretamente das mãos dos usuários (pessoas que pudessem pagar em dinheiro); e diretamente do novo

Instituto de Seguridade Social, que pagaria as contas das pessoas que assim preferissem. Além do equilíbrio financeiro, o cidadão comum sairia lucrando porque seria tratado como, cliente, e não mais como um pobre coitado dependente de favores do Estado.

Mesmo com a implantação deste sistema, os atendimentos durante a fase de gestação, do nascimento e do primeiro ano de vida deveriam permanecer “gratuitos” (mantidos apenas pelos impostos). Em todos os demais atendimentos, o usuário receberia a conta, após ser atendido e medicado, para pagá-la no banco ou negociá-la no Instituto de Seguridade.

### **Dividindo responsabilidades entre os Governos**

Um aspecto muito importante também é que a Saúde Pública precisa ser melhor dividida entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Nessa divisão somente a saúde básica deveria ficar sob responsabilidade federal, (especialmente no período que se inicia na gestação e vai até o fim da adolescência). Com a divisão de responsabilidades a saúde da criança teria a mesma qualidade em todo o território nacional. Os estados e municípios ficariam com a parte mais especializada da saúde pública, como o tratamento de doenças típicas de adultos e da terceira idade.

Em todos os casos, federal, estadual ou municipal, a Saúde Pública emitiria a conta correspondente ao atendimento executado e estes valores, pagos pelo próprio usuário ou pelo Instituto de Seguridade, entrariam na receita do respectivo posto que fez o atendimento. Desta forma, se um posto ou hospital, fizesse muitos atendimentos, ele tenderia a se expandir acompanhando o seu próprio faturamento. Mas, se um posto fizesse poucos atendimentos, ele tenderia a ser reduzido acompanhando o seu pouco faturamento, (por ser uma evidência da sua pouca necessidade). Com esta metodologia, a Saúde Pública tenderia a se estabilizar de acordo com as reais necessidades de cada região.

Em qualquer dos casos (federal, estadual ou municipal), as despesas de instalações e equipamentos continuariam a ser mantidas pelo dinheiro

dos impostos. Mas, as despesas operacionais seriam custeadas pelos próprios pacientes (ou pelo Instituto de Seguridade).

A iniciativa privada deve continuar atuando em todos os setores da mesma forma como sempre fez; principalmente porque a Saúde Pública não pode se preocupar com luxo e atendimentos “vip”. A Saúde Pública deve preocupar-se, tão-somente, em ser eficiente, homogênea e de baixo custo. Por isso, o governo deve deixar com a iniciativa privada a oferta dos atendimentos “vips”, dos apartamentos de luxo, dos leitos especiais, das mordomias, etc.

### Corrigindo Equívocos dos anos 90

Independentemente do fato de adotarmos, ou não, esta estruturação capitalista com cobertura socialista que está sendo proposta aqui, temos que corrigir alguns absurdos infiltrados nas décadas de 80 e 90. Enquanto o Governo Federal gastava fortunas, tentando amenizar as chamadas “doenças conseqüências”,<sup>1</sup> pessoas inocentes morriam de doenças simples por falta de verbas suficientes para tratá-las e prevenir suas causas. Os postos de saúde estavam quase sempre sem remédios básicos, mas os aidéticos, por exemplo, recebiam seus coquetéis a preço de ouro comprados com o dinheiro público federal.

Já sabemos que o dinheiro público federal sai, igualmente, do bolso de todo consumidor brasileiro, seja do Sudeste, seja do Nordeste. Por isso, esse dinheiro precisa ser utilizado de maneira socialmente mais justa entre todos os cidadãos. Infelizmente, uma parte das nossas autoridades não respeitou o caráter público do nosso dinheiro. No final da década de 90, alguns administradores públicos gastaram fortunas com inúteis modernizações, publicidades variadas e transplantes disso e daquilo. Na verdade, queriam chamar a atenção sobre si visando retornos eleitorais.

Enquanto a Saúde Pública se ocupava com “*grandes feitos*” deixava os idosos e os pequeninos sofrer com diarréia, gripes, pneumonia,

---

<sup>1</sup> “Doenças conseqüências” – Doenças que são fruto de inadequado comportamento humano, seja da própria pessoa ou de seus antepassados e retransmitidas geneticamente.

sinusite, dengue, infecções hospitalares e até mesmo com partos nas calçadas por falta de vaga nas maternidades.

O número de brasileiros que desistiu de tentar uma simples consulta, na rede pública, aumentou consideravelmente nesse período. Além disso, a ineficiência e os descasos da Saúde Pública obrigou a maioria do povo a se automedicar, expondo-se aos graves riscos inerentes desta prática. O Brasil precisa se libertar da política de aparências implantada desde aquela ocasião.

### **Prevenindo a Aids de forma Cristã**

Conceitos anticristãos dificilmente conseguirão dar boas soluções a todos os problemas da Saúde Pública Brasileira. Tais conceitos costumam dar ênfase às embalagens e desprezar os conteúdos. Os adeptos de filosofias atéias e pagãs concebem projetos muito bem maquiados por fora, mas, internamente, são falhos e ineficientes. Observe as campanhas de prevenção da Aids, dos últimos anos, para constatar o quanto tem sido simplesmente aparente (ou equivocado) os métodos do Ministério da Saúde nesta área. Seus anúncios na TV e na mídia estão muito mais para propaganda de promiscuidade sexual do que campanhas de prevenção. Na verdade, o objetivo principal é louvável, mas os efeitos colaterais são desastrosos e atingem toda a população.

As propagandas de camisinha, por exemplo, são de alto risco porque a Aids é conseqüência do meio promíscuo. Por isso, as campanhas que indiretamente estimulam a promiscuidade (a multiplicidade de parceiros, sob o título de “sexo seguro”) podem aumentar a proliferação da Aids especialmente entre os jovens e os adolescentes. Note que, se para um adulto maduro já é difícil interromper um “aquecimento” para vestir esse preservativo, imagine para um adolescente na flor das descobertas. Além disso, os adolescentes estão sendo estimulados a fazer sexo cada vez mais cedo por estas próprias campanhas que deveriam estar minimizando, e não agravando os problemas relacionados à prática do sexo, (doenças, gravidez indesejada, prostituição juvenil, adultérios, crimes passionais, etc.).

Em 1999, algumas campanhas chegaram ao absurdo de comparar e substituir o anel de casamento por camisinha. Uma visão totalmente pagã e que só serve para multiplicar ainda mais todos os problemas de origens sexuais. A pessoa tem que ser muito ingênua para acreditar que um casal, que vive junto como marido e mulher, vai usar camisinha freqüentemente em obediência às propagandas do Ministério da Saúde.

As campanhas atuais podem promover alguns esclarecimentos realmente benéficos, mas servem também para popularizar o sexo entre crianças e adolescentes, estimular a prostituição e enfraquecer os laços familiares.

Se marido e mulher precisam se prevenir contra a Aids, esta prevenção passa principalmente pela fidelidade conjugal, e não pelo uso de camisinha. A expansão da Aids nunca foi uma simples conseqüência da prática sexual, na realidade ela é conseqüência da depravação sexual, e é essa depravação que precisa ser combatida com um padrão de comportamento menos vulgar.

As filosofias que tentam solucionar problemas sociais com técnicas paliativas e “jeitinhos”, sempre resultam num tiro pela culatra. Os índices estatísticos estão freqüentemente nos noticiários para comprovar esta realidade. A gravidez indesejada, a prostituição juvenil, a própria Aids e outras doenças de origens sexuais aumentaram principalmente entre jovens e adolescentes. Portanto, temos que abandonar as filosofias pagãs e aplicar os princípios cristãos (estimulando a conduta cristã), para colhermos bons resultados imediatos e permanentes.

Se o Ministério da Saúde abandonasse as propagandas de técnicas sexuais, aparentemente “seguras”, e usasse de métodos respeitosos e reverentes para ensinar o adolescente a conter-se, aguardando a idade adequada (ocupando-se com atividades esportivas, por exemplo), e procurando encontrar um único companheiro(a) para uma vida a dois, o Brasil reduziria todos os problemas de saúde e reduziria também muitos outros problemas, sociais, provocados pela promiscuidade (infidelidade) e precocidade sexual.

É lógico que os jovens e adolescentes não iriam seguir à risca esta orientação, mas passariam a olhar com muito mais respeito para esta questão. O simples silêncio do governo, e da mídia, já seria melhor do

que a atual publicidade que estas instituições vêm fazendo entre crianças e adolescentes. O sexo é maravilhoso e útil no tempo adequado, "precocemente" é destrutivo e gera graves conseqüências sociais. Toda publicidade de "camisinha", seja na rua, seja na TV, torna-se danosa à sociedade porque transforma-se abertamente em propaganda de sexo.

A persistência do assunto sexo, erotismo e namoro infantil, na mídia (mesmo sob a desculpa de prevenção à saúde e educação sexual), pode transformar o Brasil num grande prostíbulo. O comportamento promíscuo certamente vai gerar crianças deformadas e com as mais diversas anomalias humanas, sejam físicas ou comportamentais.

Recapitulando: é extremamente importante que o Governo Federal cuide da saúde básica em todo o território nacional, especialmente da criança e do adolescente. Os governos estaduais e municipais devem cuidar da saúde mais especializada, como transplantes, próteses, câncer, Aids e doenças da terceira idade em geral. O ideal é cada estado e cada município cuidar dos seus problemas específicos de saúde (problemas típicos de cada localidade), para se desenvolverem nestas áreas específicas e encontrarem soluções preventivas para suas particularidades. O governo federal cuidaria apenas a saúde básica, mas em todo o território nacional.

---

Veja os demais capítulos em:

<http://renascebrasil.valvimdutra.com.br/livro-renasce-brasil.php>